

Empresários acreditam:

Eles acham que haverá mais confiança no próximo governo e condições para



"O próximo ano será melhor que 1984." Essa opinião foi manifestada ontem por empresários e técnicos, para quem a mudança de governo trará mais confiança aos brasileiros.

Alguns prevêem redução do déficit público e, em consequência, do nível das taxas de juros. Outros especialistas, contudo, lembram que ainda existem problemas a serem resolvidos.

"Caso o novo presidente da República não promova a unificação dos orçamentos fiscal e monetário, o efetivo controle da inflação e da expansão de sua base monetária, estaremos nos próximos anos enfrentando um novo período de recessão econômica." Com essa declaração, Lázaro Brandão, presidente do banco Bradesco mostrou-se "preocupado" com a euforia de crescimento que tomou conta de alguns setores industriais e comerciais. Recomendou cuidado com as propostas de reaquecimento econômico, "já que elas promoveram nos últimos meses o crescimento da inflação e o total descontrole dos meios de pagamento".

Dou meu voto de apoio à contenção do crescimento econômico. Temos de concentrar, em 1985, todo nosso esforço no controle da inflação, caso contrário escorregamos novamente para o abismo. É hora de colocar o pé no freio. Arrumar a casa antes para crescer depois. Acho que no próximo ano será preciso um pouco mais de sacrifício. Não dá para falar em crescimento com uma inflação de 200%. Sem uma programação clara para uma nova política econômica não acredito no sucesso de 1985.

Credibilidade

Entretanto, o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto (foto), mostrou-se mais otimista ao falar, em Salvador, para os empresários da Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen. Em sua opinião, 1985 será inexoravelmente melhor que 1984 porque o próximo governo deverá inevitavelmente combater a inflação. Para ele, o fator psicológico que pesa negativamente hoje não deverá pesar em 85, pois haverá "maior confiança, maior credibilidade nos governantes, e não importa qual dos candidatos venha a ganhar: Paulo Maluf ou Tancredo Neves. Com qualquer um dos dois o País será melhor", disse, embora tenha manifestado sua preferência pelo candidato da Aliança Democrática.

Contudo, ele acha que o próximo governo terá de adotar alguma medida semelhante à moratória interna decretada por Getúlio Vargas em 1932, para curar "o País das grandes feridas decorrentes da recessão, restabelecendo o processo de crescimento e criando empregos".

Segundo ele, mesmo que não seja a moratória de Getúlio, o governo terá de fazer alguma coisa para fortalecer a empresa brasileira, principalmente as pequenas e médias, que "estão pagando o alto preço do custo do dinheiro, da carga tributária e tudo aquilo que a Nação teve de enfrentar tanto no que diz respeito à sua dívida interna quanto externa".

O futuro governo, segundo Ruy Barreto, terá a seu favor o fato de não ter que continuar a executar grandes obras — a última delas, a Ferrovia do Aço, ficará pronta em breve —, "e assim poderá fazer uma política de combate à inflação, podendo reduzir as despesas, cortar de uma forma mais drástica tanto os custos quanto os investimentos na área das empresas estatais, e no próprio setor público, que é o grande responsável pela inflação no País".

Com todas essas medidas, Ruy Barreto acredita que já no próximo ano a taxa de inflação deverá ficar em torno de 50% da prevista para este ano. "Jogo nessa queda e acho que será significativa. Vamos trabalhar para isso porque o Brasil

não resiste a mais um ano de recessão. Esta Nação, tem que caminhar agora realmente para um reaquecimento".

No campo da exportação e dívida externa, segundo ele, também não há o que temer de 1985. O superávit na balança de comércio deverá ser bem superior ao que será registrado este ano "em consequência da própria política que vem sendo desenvolvida". Ele defendeu no entanto a fixação de uma política de exportação e uma ação mais agressiva no mercado mundial, uma vez que superávits concedidos à custa de corte nas importações são altamente recessivos.

Déficit público

O diretor do Mercado de Capitais do Banco Central, Iran Siqueira Lima, previu ontem, em Porto Alegre, que, se no próximo ano derem resultado as medidas que estão sendo adotadas pelo governo para a redução do déficit público, as taxas de juros deverão sofrer reduções, e, como consequência, o mercado de ações registrará um incremento ainda maior que o que vem ocorrendo desde o segundo semestre do ano passado.

Lima, que fez na capital gaúcha uma palestra a convite do Conselho Federal de Contabilidade, disse não concordar com as interpretações de que a elevação das taxas de juros — que incentiva os investidores a aplicações, por exemplo, no Open e no Over — esteja prejudicando o mercado de ações. Para ele, os investidores estão tendo, isto sim, opções para suas aplicações, e vêm reservando uma parcela de suas poupanças para o mercado de ações.

O diretor do Mercado de Capitais do Banco Central ressaltou que "a posição dos fundos mútuos, a 31 de dezembro do ano passado, era da ordem de Cr\$ 400 bilhões. Em 30 de setembro passado eles fecharam com quase Cr\$ 2,3 trilhões, aplicados tanto em ações como em títulos de renda fixa, o que representa pontos significativos acima da inflação". Acrescentou que "investidores institucionais do tipo fundo de pensão por exemplo, deverão alcançar até o final do ano algo como Cr\$ 16 trilhões. Desse total, cerca de Cr\$ 4 trilhões deverão estar aplicados só em ações e debêntures".

Agricultura

O diretor da área de Crédito Rural do Banco Central, José Kleber Leite, disse ontem, no Rio, que será impossível voltar-se a metodologia anterior, que dava subsídio creditício indiscriminado ao agricultor, porque esse tipo de procedimento governamental estagnou a produtividade do setor.

Segundo acrescentou, a política de subsídio existente "conduziu a uma inficiência setorial muito grande, que escamoteou custos, disfarçou a relação custo/benefício e fez com que diversos tipos de empreendimentos fossem implementados sem levar em conta a sua produtividade em termos reais".

Para o diretor do Banco Central, apesar de todo o avanço tecnológico no setor rural, a produtividade atual brasileira é a mesma verificada nas décadas de 50 e 60, exceetuando-se alguns casos de exportação e casos isolados de determinados produtos agrícolas. Na sua opinião, "o subsídio deu ao produtor a oportunidade de ganhar mais no crédito do que na produção".

reduzir o déficit público e, com isso, as taxas de juros.

1985 Será melhor.